





DIRETORIA LEGISLATIVA SERVIÇO DE ATAS LEGISLATURA 2021 A 2024

## **APROVADA PELO PLENÁRIO EM 8/3/2022**

Reunião Ordinária do dia 7 de março de 2022
Presidente: vereador David Valente Reis
Secretária-Geral: vereadora Carmem Glória Almeida Carratte

No dia sete de março do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e quinze minutos, realizou-se a sessão ordinária híbrida da Câmara Municipal de Manaus, no plenário Adriano Jorge, em sua sede própria, na rua Padre Agostinho Caballero Martin, n. 850, São Raimundo, nesta Capital, Estado do Amazonas, presidida pelo vereador David Valente Reis, do Avante; e, eventualmente pelos vereadores Wallace Fernandes de Oliveira, do PROS e Diego Roberto Afonso, do Partido Social Liberal (PSL); secretariada pela vereadora Carmem Glória Almeida Carratte, do Partido Liberal (PL). PRESENTES, ainda, os vereadores Allan Campelo da Silva, Caio André Pinheiro de Oliveira, Daniel Amaral Vasconcelos e Rodrigo Guedes Oliveira de Araújo, do Partido Social Cristã (PSC); Amom Mandel Lins Filho, Marcel Alexandre da Silva e Maria Jacqueline Coelho Pinheiro, do Podemos (PODE); Antônio Almeida Peixoto Filho, do Partido Trabalhista Cristão (PTC); Samuel da Costa Monteiro, do Partido Liberal (PL); Cícero Custódio da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT); Lissandro Breval Santiago, Manoel Eduardo dos Santos Assis e Wanderley Caldeira Monteiro, do Avante; Éverton Assis dos Santos, do Partido Social Liberal (PSL); Dione Carvalho dos Santos, Ivo Santos da Silva Neto e Joelson Sales Silva, do Patriota; Eduardo Assunção Alfaia, João Kennedy de Lima Marques e Rosinaldo Ferreira da Silva, do Partido da Mobilização Nacional (PMN); Elan Martins de Alencar, do PROS; Elissandro Amorim Bessa, do Solidariedade (SD); Francisco Carpegiane Veras de Andrade, João Carlos dos Santos Mello e Márcio José Maia Tavares, do Republicanos (REP); François Vieira da Silva Matos, do Partido Verde (PV); Jaildo de Oliveira Silva, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Jander de Melo Lobato e Luís Augusto Mitoso Júnior, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Marcelo Augusto da Eira Correa, do Partido Socialista Brasileiro (PSB); Raiff Matos Silva Vasconcelos, do Democracia Cristã (DC); Robson da Silva Teixeira e Rosivaldo Oliveira Cordovil, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Sandro Maia Freire, do Democratas (DEM); Thaysa Lippy Silva de Souza, do Progressistas (PP); William Robert Lauschner, do Cidadania; e Yomara Jesuína Lins Rodrigues, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a reunião e convidou os presentes para acompanhar a execução do Hino Nacional Brasileiro. Na sequência, a secretária, vereadora Glória Carratte, leu a Ata da sessão ordinária do dia vinte e três de fevereiro do ano em curso. Em Questão de Ordem, o vereador Lissandro Breval sugeriu à Mesa Diretora a elaboração de moção de repúdio ao Decreto Federal n. 10.979/2022, que reduzia o Imposto sobre Produtos









Industrializados - IPI em até 25%, e afetava, negativamente, a Zona Franca de Manaus – ZFM. Em Questão de Ordem, o vereador Wallace Oliveira solicitou que a Mesa Diretora se posicionasse com firmeza em relação ao citado decreto, elogiando a postura do Presidente da Casa, vereador David Reis, na reunião convocada pelo prefeito David Almeida, que contou com a presença de vereadores, lideranças políticas, e de entidades empresariais, para discutir os impactos da decisão federal ao Estado do Amazonas, especialmente à cidade de Manaus, tendo culminado na feitura de uma Carta Aberta que seria encaminhada ao Presidente da República, Jair Bolsonaro. Em Questão de Ordem, o vereador Bessa elogiou a fala de seus antecessores, e informou que o ministro Paulo Guedes havia cancelado a reunião agendada com as lideranças políticas do Estado do Amazonas, para as tratativas técnicas em relação ao decreto, sugerindo à Mesa Diretora a formação de uma Comissão para acompanhar os passos que seriam dados, a fim de que o problema fosse resolvido. Em Questão de Ordem, o vereador Sassá da Construção Civil posicionou-se favorável à nota de repúdio em nome do parlamento municipal, informando que estava de posse de um abaixo-assinado contendo quatro mil e oitocentas assinaturas dos trabalhadores revoltados com a medida, pedindo que o documento fosse apensado à Carta Aberta da Prefeitura de Manaus. Ao final, parabenizou a Câmara Municipal pelo posicionamento em favor dos empregos dos amazonenses. O Presidente prestou contas da reunião convocada pelo prefeito David Almeida, no dia vinte e oito de fevereiro, no Palácio Rio Branco, citando, nominalmente, os vereadores e algumas autoridades que se fizeram presentes, de forma física e virtual, e declarando que a Carta Aberta – proposta na citada reunião – já havia sido redigida, assinada e encaminhada ao Presidente da República, Jair Bolsonaro, e continha a sua assinatura, portanto o Poder Legislativo já se fazia representado, no entanto, comungava com a opinião dos vereadores questionantes, com relação à propositura da Câmara Municipal de Manaus - CMM. Em seguida, ressaltou que não era contrário à redução de impostos, mas seria importante que fossem feitas ressalvas, para que o modelo exitoso de economia do Amazonas, a ZFM, responsável pela garantia não só dos empregos, mas também pela sustentabilidade da Floresta Amazônica, não fosse prejudicado. Destacou, ainda, que as excepcionalidades em prol da ZFM e da Floresta Amazônica, da sustentabilidade e do meio ambiente deveriam garantir os postos de trabalho, para que a economia não fosse afetada "de morte", com a saída das empresas do Polo Industrial de Manaus - PIM, em razão dos custos de logística, lembrando que o modelo sustentava toda a região Norte do país. Finalizando o seu discurso, asseverou que todos os vereadores da Décima Oitava Legislatura da Casa comungavam do mesmo sentimento, e acatou a sugestão para a formação de uma Comissão de acompanhamento às decisões para a resolutividade do problema. Em seguida, o Presidente passou os trabalhos para o PEQUENO EXPEDIENTE, anunciando os inscritos. O primeiro orador, vereador Allan Campelo reportou-se ao tema em voga, posicionando-se favorável à propositura da Casa; pediu preferência à sua Moção de Repúdio n. 027/2022 ao Decreto Federal, e discorreu sobre a importância da ZFM para a população amazonense e a de toda a região Norte. Concluindo, o orador afirmou que a redução







deveria ter sido feita apenas para os produtos que não fossem produzidos na ZFM, tendo em vista que a perda do referencial relacionado aos incentivos dos impostos, e o aumento do custo da logística fariam com que as empresas se mudassem para áreas mais lucrativas. O segundo orador, vereador Caio André também se manifestou em relação aos prejuízos que o decreto federal causaria ao Amazonas e à cidade de Manaus, afirmando que a ZFM - mola propulsora da economia local estava amparada pela Constituição Federal e poderia ser considerada o modelo econômico mais exitoso da história do Brasil. Ao final, uniu-se ao sentimento de todos os seus pares, em defesa dos empregos, da economia no Amazonas e de toda a região Norte, afirmando que assinaria a moção de repúdio, que seria feita pela Casa. O terceiro orador, vereador Jaildo Oliveira, apelou ao Instituto Municipal de Mobilidade Urbana – Immu para que fiscalizasse os modais de transporte público, especialmente o alternativo, que vinha causando insegurança na população de Manaus. O orador falou sobre a necessidade da realização de cursos preparatórios e provas para que os motoristas exercessem a função, informando que iria convidar os cooperados dos citados modais a discutirem o assunto no seio da Comissão de Transporte, Mobilidade Urbana e Acessibilidade da Casa. Concluindo, pontuou a necessidade urgente de uma nova Licitação, ainda no ano em curso, para reordenar o setor, convidando os seus pares para a reunião que iria propor. O quarto orador, vereador Wallace Oliveira, pronunciou-se sobre o descumprimento da Lei n. 2.455, que tratava sobre a preferência de assentos, em áreas destinadas à alimentação nos shopping centers e centros comerciais da capital - e foi gerada por meio de um projeto de lei de sua autoria, em dois mil e dezoito - informando que ele e os vereadores Márcio Tavares e Thaysa Lippy já estavam agindo, para que a mesma fosse cumprida. Continuando, manifestou-se sobre o tema em voga, discorrendo sobre a importância da ZFM, e a respeito da postura incongruente do ministro da Economia, Paulo Guedes, em relação à mesma. O orador falou, ainda, sobre a entrevista de Ives Gandra Martins, que havia assistido no final de semana, na qual o jurista falou sobre os riscos que a ZFM estava correndo, reafirmando que os empresários eram pragmáticos e se estabeleciam no tripé de competitividade, incentivo e lucro. Finalizando o seu pronunciamento, disse que era o momento de todos os políticos, independentemente de bandeiras partidárias, se unirem em prol da economia do Estado do Amazonas; parabenizou o Presidente da Casa, pelo apoio à causa; e afirmou que o "Amazonas era o partido de todos, e o candidato era a ZFM". O Presidente parabenizou o discursante pelas colocações, e pediu que todos se unissem na luta em favor da ZFM. O quinto orador, vereador Sassá da Construção Civil, parabenizou o discurso do seu antecessor, mostrou o abaixo-assinado, contendo quatro mil e oitocentas assinaturas de trabalhadores revoltados com o decreto federal, e parabenizou o Prefeito de Manaus, por ter convidado representantes de todas as esferas de poder, para defender o trabalhador do Estado do Amazonas, pedindo a união de todos os políticos; e aos deputados estaduais que reavaliassem o título que haviam concedido ao Presidente da República. Por fim, externou sua indignação pela iminência da perda de empregos dos amazonenses, e sugeriu uma nota de repúdio à atitude do ministro Paulo Guedes. O vereador Wallace









Oliveira assumiu a presidência da Mesa. O sexto orador, vereador Daniel Vasconcelos, irmanou-se aos seus antecessores em defesa da ZFM, repudiou o decreto federal, e posicionou- se a favor da moção da Casa, que seria encaminhada a Brasília, e, concluindo, afirmou que o aumento do desemprego iria gerar uma catástrofe na economia local, assegurando que faria parte da luta em prol da ZFM. O vereador Diego Afonso assumiu a direção dos trabalhos. O sétimo orador, vereador Prof. Samuel, discorreu sobre a sessão solene, realizada na última quinta-feira, na Casa, na qual foram homenageadas, aproximadamente, sessenta mulheres, por meio do Prêmio Mulher Cidadã, conforme a Lei 2.797/2021, como reconhecimento a mulheres que se destacaram em diversas áreas da sociedade manauara, elencando os vereadores que prestigiaram e homenagearam o evento. Prosseguindo, falou sobre a importância da Lei n. 2.577/2020, que instituiu no calendário da cidade de Manaus, a Semana de Conscientização e Combate ao Feminicídio e à Violência contra a Mulher, repudiando a fala preconceituosa do deputado federal Arthur do Val em relação às ucranianas. Finalizando, agradeceu o apoio de seus pares que se fizeram presentes no evento, e aos que justificaram as suas ausências. O vereador Wallace Oliveira reassumiu a presidência da Mesa. O oitavo orador, vereador Bessa, destacou o evento que havia acontecido no dia anterior, na cidade de Manaus, para o lançamento do programa "Kit Pneus", que iria beneficiar taxistas, mototaxistas, condutores de vans escolares e de táxi-frete, parabenizando o prefeito David Almeida e o titular da Secretaria Municipal de Trabalho, Empreendedorismo e Inovação, Radyr Júnior, pela iniciativa. O orador informou que a citada secretaria havia disponibilizado um link para consultas dos agraciados e um computador, no Sistema Nacional de Emprego – Sine Manaus, para ajudar no cadastro dos trabalhadores; e lembrou, na sequência, que havia dado entrada num projeto de lei, para que os taxistas fossem anistiados do Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores – IPVA nos anos de dois mil e vinte, e dois mil e vinte e um, visando amenizar os impactos financeiros da classe, em decorrência da pandemia da covid-19. Continuando, enalteceu o trabalho que vinha sendo realizado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura -Seminf, reivindicando serviços de recapeamento para as vias do conjunto Tocantins, e informando que já havia encaminhado ofícios à citada secretaria sobre o assunto. Prosseguindo, manifestou-se sobre a redução do IPI, contrapondo-se à decisão do governo federal de prejudicar a sociedade amazonense, com a retirada das empresas do Distrito Industrial, e destacando que a sobrevivência econômica do Estado do Amazonas e estabilidade da região Norte não poderiam ser politizadas, sob pena de que toda a população fosse afetada. Concluindo o seu discurso, afirmou que quem defendia o decreto, era contra o desenvolvimento do Estado do Amazonas, e que havia se arrependido de ter votado no Presidente Jair Bolsonaro, pelos ataques recorrentes que vinha promovendo à ZFM. O nono orador, vereador Elan Alencar, irmanou-se aos seus pares, em defesa da manutenção dos empregos dos amazonenses, chamando a atenção de todos para o fato de que, a seu ver, a sobrevida da ZFM se deu por conta da pandemia, tendo em vista que já era intenção do ministro da Economia afetá-la anteriormente. Por fim, repudiou e pediu a revogação do decreto federal.









O décimo orador, vereador Raulzinho, posicionou-se contrário ao decreto federal, falou sobre o modelo "ZFM", e comentou sobre as decisões equivocas, no seu entendimento, do governo federal, que demonstrava não se importar com os empregos dos brasileiros, citando o exemplo da saída da Ford do país. O orador afirmou que era o momento de todas as esferas políticas se unirem, em defesa da economia amazonense; informou que o Partido da Social Democracia Brasileira -PSDB já havia representado judicialmente, pedindo a derrubada do decreto em questão, e, ao final, parabenizou a mobilização do prefeito David Almeida, para defender a sobrevivência econômica da capital. O décimo primeiro orador, vereador William Alemão, também se reportou ao tema em voga, pontuando a importância do Estado do Amazonas, que detinha o sexto maior PIB do país; e falou sobre a homenagem às mulheres, realizada na sessão solene proposta pelo vereador Prof. Samuel. O décimo segundo orador, vereador Marcel Alexandre, também falou sobre a redução do IPI, que iria impactar a economia e o equilíbrio social do Estado do Amazonas, especialmente a capital amazonense; afirmando que todos deveriam se unir em torno de uma solicitação direta ao Presidente da República, para solucionar o problema. O orador comentou que estava se mobilizando junto a políticos próximos, que poderiam fazer a ponte para o diálogo com o chefe do Executivo Federal, afirmando que confiava na boa-vontade do mesmo, para avaliar o impacto negativo do decreto em questão ao Estado do Amazonas; informando, ainda, que pediria às lideranças religiosas que intercedessem junto ao Presidente, na reunião de liderança religiosa, que aconteceria, na capital, nos próximos dias. Encerrando, disse que todos precisavam refletir sobre um avanço de modelo econômico para o Estado, diante do alerta que foi ativado. O décimo terceiro orador, vereador Diego Afonso, falou sobre os pronunciamentos dos vereadores que lhe antecederam, repudiando o decreto federal, e hipotecou o seu apoio às notas de repúdio da Mesa Diretora e da Casa ao mesmo. Enquanto presidente da Frente Parlamentar de Recuperação Econômica aos Impactos Causados pela Pandemia da Covid-19 – Frenpre parabenizou a Semtepi, pelas ações encampadas para a promoção e garantia dos empregos dos manauaras, especialmente com relação ao programa "Kit Pneus". Encerrando a sua fala, discorreu sobre a importância da reunião convocada pelo Prefeito de Manaus, para discutir os danos causados pelo decreto federal; e afirmou que encaminharia uma indicação à Mesa Diretora, para que a Casa enviasse ao Governo do Estado e ao ministro da Economia, a sugestão da concessão de exclusividade dos cassinos ao Estado do Amazonas, como modelo econômico opcional, em face dos eventuais prejuízos que a ZFM poderia sofrer, em decorrência do decreto federal. O décimo quarto orador, vereador João Carlos, parabenizou o vereador Prof. Samuel, pela iniciativa que deu oportunidade aos seus pares de homenagear as mulheres, repudiando as declarações preconceituosas do deputado Arthur do Val, relacionadas às ucranianas. Continuando, destacou e defendeu a Moção de Repúdio 028/2022, de sua autoria, à nova lei da China que proibia cultos e reuniões online de religiões não autorizadas, colocando a propositura à subscrição de seus pares. Por último, discorreu sobre os









prejuízos que a redução do IPI iriam causar à ZFM, declarando que era contra ação de qualquer esfera, que afetasse os empregos dos amazonenses. O Presidente solicitou permissão para subscrever a Moção de Repúdio n. 028/2022 do discursante; e, por fim, ratificou a fala quanto ao posicionamento lamentável do deputado Artur do Val. Em Questão de Ordem, o vereador Capitão Carpê indagou o Presidente se houve nota de repúdio à declaração do deputado federal Arthur do Val, sugerindo que a Mesa Diretora o fizesse. O Presidente informou que houve, apenas, por parte de um vereador da Casa. Em Questão de Ordem, o vereador William Alemão pontuou que o assunto foi abordado pelo vereador Prof. Samuel, e apoiou a sugestão de seu antecessor. O Presidente afirmou que seriam realizados os encaminhamentos necessários. Em Questão de Ordem, o vereador Rodrigo Guedes disse que pediu inscrição para se pronunciar no Pequeno Expediente, e como o número de vereadores já estava preenchido, por determinação do Presidente, se houvesse desistência, teria seu nome encaixado, e como houve dois declínios, pediu o seu direito de fala. O Presidente disse ao questionante que não recebeu informação sobre a situação reportada, e que, infelizmente, os declínios foram substituídos, no entanto, dentro das prerrogativas que lhe eram concedidas, conforme a orientação da Procuradoria-Geral, o vereador poderia se manifestar, por meio de comunicação parlamentar. Em Questão de Ordem, o vereador Joelson Silva comunicou que iria subscrever a moção de repúdio, proposta pelo vereador Capitão Carpê; e recomendou ao vereador Rodrigo Gudes que aproveitasse o comunicado parlamentar. Em Questão de Ordem, o vereador Marcel Alexandre pediu vênia para subscrever a citada moção de repúdio, face à gravidade da declaração do deputado estadual Arthur do Val. Pela Ordem, o vereador Allan Campelo pediu preferência à Moção de Repúdio n. 027/2022, de sua autoria. Em Comunicado Parlamentar, o vereador Rodrigo Guedes, divulgou vídeo sobre as reivindicações dos garis terceirizados da Prefeitura de Manaus, por meio da paralização que realizaram, na última sexta-feira, pedindo a mediação da Prefeitura junto às empresas, a fim de que os direitos dos trabalhadores fossem respeitados. O discursante ressaltou que já havia solicitado ao secretário municipal de Limpeza Urbana, Sabá Reis, para que acompanhasse as tratativas em relação à reposição salarial e melhoria das condições de trabalho, tendo em vista que a classe merecia um tratamento digno. Concluindo, pediu que nenhum dos manifestantes fosse penalizado, reafirmando que era o movimento justo de um setor que merecia ser valorizado. O Presidente passou os trabalhos para a ORDEM DO DIA. Na PAUTA, foi lido, para conhecimento dos vereadores, o Ofício n. 322/2021/GP, que deliberava pela aposição de Veto Total ao Projeto de Lei n. 174/2021, de autoria do vereador Marcelo Serafim, que "Altera o artigo 1.º e o parágrafo único do artigo 2.º, da Lei n. 2.210, de 13 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a admissão de diplomas de pósgraduação stricto sensu emitidos por Instituições de Ensino Superior (IES) regulares de países membros do Mercosul e Portugal, e dá outras providências". O supracitado veto tomou o n. 009/2022 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Foi mantido o Veto Total n. 006/2022 ao Projeto de Lei n. 212/2021, de autoria do vereador **Éverton Assis**, que "**Dispõe** sobre a Coleta de Medicamentos Vencidos e a Vencer por Farmácias, Drogarias e Pets do Município de Manaus com o uso do









Sistema de Logística Reversa, e dá outras providências". Foi mantido o Veto Parcial n. 007/2022 à Emenda Parlamentar n. 006/2021, de autoria do vereador Caio André, ao Projeto de Lei n. 580/2021, de autoria do Executivo Municipal, que "Institui o Plano Plurianual do Município para o período de 2022 a 2025". Foi deliberado, tomou o n. 365/2021 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do vereador Fransuá, que "Institui a realização do Teste de Acuidade Visual nas escolas e creches Municipais, e dá outras providências". Foi deliberado, tomou o n. 518/2021 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do vereador Amom Mandel, que "Institui, no Calendário Oficial de Eventos do município de Manaus, a 'Semana da Doação de Livros'". Foi deliberado, tomou o n. 547/2021 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do vereador Raiff Matos, que "Inclui no Calendário Oficial da Cidade de Manaus, o Dia da Toada de Boi-Bumbá, a ser comemorado em 01 de junho, e dá outras providências". Foi deliberado, tomou o n. 565/2021 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do vereador Peixoto, que "Institui, no âmbito do município de Manaus, o Dia Municipal de Conscientização e Proteção ao Ciclista, e dá outras providências". Foi deliberado, tomou o n. 584/2021 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do vereador Lissandro Breval, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação na rede Pública e Particular da carteira de vacinação no ato da matrícula escolar". Discutiu o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, ao Projeto de Lei n. 407/2021, o vereador William Alemão. A seguir, foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, ao Projeto de Lei n. 407/2021, de autoria do vereador William Alemão, que "Dispõe sobre a inclusão de informação sobre prevenção e combate a todos os tipos de violência contra a mulher, no portal da Prefeitura do município de Manaus". O supracitado projeto seguiu à Comissão de Finanças, Economia e Orçamento. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, ao Projeto de Lei n. 438/2021, de autoria do vereador Mitoso, que "Institui nas escolas de rede municipal de ensino de Manaus a campanha 'Todos Contra o Bullying'". O supracitado projeto seguiu à Comissão de Finanças, Economia e Orçamento. Foi retirado de pauta, em razão da ausência do autor, o Projeto de Lei n. 443/2021, de autoria do vereador Eduardo Alfaia, que "Concede prioridade no atendimento aos usuários portadores de diabetes nos casos da realização de exames médicos em jejum total". Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Naturais, Sustentabilidade e Vigilância Permanente da Amazônia, ao Projeto de Lei n. 532/2021, de autoria do vereador Márcio Tavares, que "Institui o controle da poluição sonora proveniente de veículos automotores, no âmbito do município de Manaus, e dá outras providências". Discutiu o Projeto de Lei n. 532/2021, o vereador Rodrigo Guedes. A seguir, o supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. O Presidente parabenizou o vereador Márcio Tavares pelo supracitado projeto, reiterando a importância do mesmo. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão Especial de Comendas ao Projeto de Decreto Legislativo n. 002/2022,









de autoria do vereador **Jander Lobato**, que "Concede a Medalha de Ouro Cidade de Manaus ao Sr. Saullo Velame Vianna, e dá outras providências". O supracitado projeto foi aprovado, em discussão única, e promulgado, transformando-se no Decreto Legislativo n. 560, de 7 de março de 2022. O Presidente parabenizou o vereador Jander Lobato pelo supracitado projeto. Foram deferidas as Indicações n. 070 a n. 081, n. 083 e n. 084/2022; aprovadas as Moções n. 021 a 025/2022. Foram aprovadas, ainda, com pedidos de destaques, as seguintes Moções: n. 026/2022, de autoria dos vereadores João Carlos e Daniel Vasconcelos, de Repúdio à decisão da Corte Constitucional da Colômbia que autorizava o aborto até a vigésima guarta semana de gestação; n. 027/2022, de autoria do vereador Allan Campelo, de Repúdio ao Decreto n. 10.979, de 25 de fevereiro de 2022, que Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI; n. 028/2022, de autoria do vereador **João Carlos**, de Repúdio à nova lei da China que proíbe cultos e reuniões online de religiões não autorizadas; e n. 029/2022, de autoria do vereador Lissandro Breval, de Repúdio ao recente Decreto Federal n. 10.979, publicado na edição de 25 de fevereiro de 2022 do Diário Oficial da União - DOU. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão às doze horas e catorze minutos. E, para que conste, eu, ...... (Ana Maria Rocha Veiga), lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Manaus.

> David Valente Reis Presidente

Wallace Fernandes Oliveira Primeiro Vice-Presidente Carmem Glória Almeida Carratte Secretária-Geral

Diego Roberto Afonso Segundo Vice-Presidente

Elissandro Amorim Bessa Primeiro Secretário

Caio André Pinheiro de Oliveira Terceiro Vice-Presidente Eduardo Assunção Alfaia Segundo Secretário



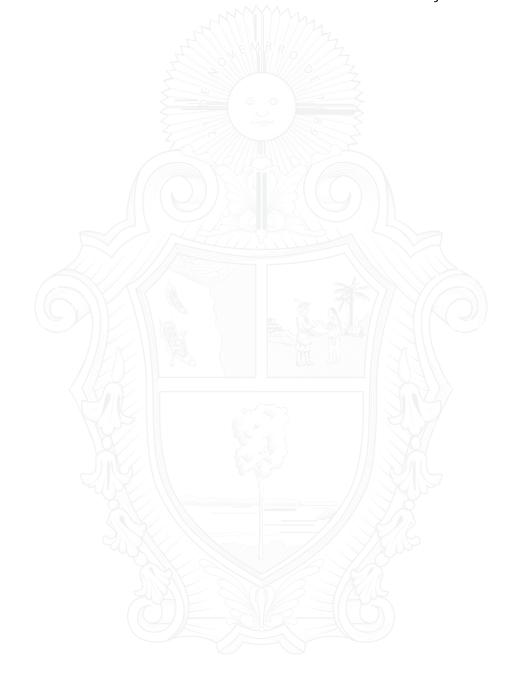






Jaildo de Oliveira Silva Corregedor Geral João Carlos dos Santos Melo Terceiro Secretário

Amom Mandel Lins Filho Ouvidor-Geral Ana Maria Rocha Veiga Chefe do Serviço de Atas











## PODER LEGISLATIVO

## **ASSINATURAS DIGITAIS**

JOAO CARLOS DOS SANTOS MELLO - VEREADOR - 074.890.987-77 EM 01/11/2022 12:33:25 EDUARDO ASSUNCAO ALFAIA (CONCORDÂNCIA) - VEREADOR - 651.106.502-25 EM 01/11/2022 12:40:51 CAIO ANDRE PINHEIRO DE OLIVEIRA - VEREADOR - 641.056.792-87 EM 03/11/2022 09:25:24 CARMEM GLORIA ALMEIDA CARRATTE - VEREADOR - 115.263.602-25 EM 03/11/2022 10:40:04 ELISSANDRO AMORIM BESSA - VEREADOR - 405.507.372-00 EM 03/11/2022 11:01:43 DAVID VALENTE REIS - PRESIDENTE - 509.879.092-15 EM 04/11/2022 15:42:25 DIEGO ROBERTO AFONSO - VEREADOR - 784.440.632-15 EM 08/11/2022 10:45:16 ANA MARIA DOS SANTOS ROCHA - TÉCNICO EM TAQUIGRAFIA - 634.586.752-72 EM 11/11/2022 10:00:14

